INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

O Planos Anual de Trabalho é o meio, por excelência, pelo qual as Coordenações Regionais demandam recursos à CGETNO, sendo o principal instrumento de execução da política de etnodesenvolvimento. Os PATs podem ser apresentados em mais de um formato, de acordo com a natureza da atividade desempenhada (Ações, projetos e/u iniciativas), dentro de um mesmo exercício financeiro, desde que atenda aos requisitos mínimos para qualificar as demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais, dentre os quais se destacam: objetivo, objeto, justificativa, metodologia, orçamento (com memória de Diretoria de Administração e Gestão Coordenação- Geral de Gestão Estratégica cálculo), número de famílias indígenas, Terras Indígenas e etnias a serem contempladas e resultados esperados. Além dos PATs provenientes das Coordenações Regionais, há também o Plano Anual de Trabalho para as Frentes de Proteção Ambiental que é mediado via a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC).

Devido ao atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual pelo Congresso, assim como o decorrente atraso da sanção presidencial da LOA 2021, a CGETNO operou somente com o duodécimo durante todo o primeiro trimestre. Os resultados parciais de atuação serão objeto das ações subsequentes. Cabe aqui somente citar que, do ponto de vista do aprimoramento da base de dados internos na CGETNO, o Sistema que era utilizado no exercício anterior (o SIPAT) foi substituído por um Formulário Eletrônico no âmbito do LimeSurvey, ferramenta ora disponível no âmbito do portal Gov.br, e que acelera a sistematização de informações, em tempo real dos recursos solicitados a esta Coordenação Geral: os painéis resultantes dessa apresentação das demandas serão apresentados na próxima seção. E cabe informar que até o segundo semestre, será também desenvolvido o Formulário Eletrônico próprio para a execução dos projetos.

Quanto a outros instrumentos em execução, foram mencionados no último relatório os Acordos de Cooperação Técnica junto à Embrapa e junto ao Ibama. Cabe informar que no primeiro trimestre deste ano avançou-se no detalhamento dos Planos Anuais de Trabalho de 2021; no caso da Embrapa, foram pensadas ações concretas para os Estados do Acre, Roraima, Mato Grosso, Tocantins, Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, apesar de que a Embrapa Semiárido decidiu não entrar nesta primeira fase; no caso do Ibama, elaborou-se já um primeiro plano de trabalho de monitoramento das ações de turismo de pesca esportiva, mas que não foi colocada em prática em função da segunda onda da COVID-19.

Centrou-se esforço no avanço de processos de contatação no âmbito das Cooperações Internacionais. Com exceção da cooperação com a USAID, cuja Secretaria executiva passou ao ICMBio e, até o momento não foi

convocada reunião alguma para o avanço nesse sentido, houve avanços junto à GIZ, ao KfW e ao PNUD:

- Quanto à Cooperação Técnica com a Alemanha (GIZ), foram realizadas as análises da Câmara de Seleção para a proposta de Business Intelligence que, infelizmente, estiveram todas acima do orçamento estipulado no projeto (propostas por volta de R$ 1,0 milhão, quando se têm somente R$ 400.000,00 disponíveis); uma nova proposta redimensionada já foi encaminhada à GIZ para novo processo seletivo.
- Quanto à Cooperação Financeira com a Alemanha (KfW), avançou-se na aprovação do Plano Orçamentário Geral, do Plano Orçamentário Anual (2020-2021), do Manual Operativo e do Manual de Aquisições e Compras (documentos conjugados em um único), sendo que todos já contam com a não objeção (NO) do KFW; ademais, avançou-se na contratação da Consultoria de Implementação.
- Finalmente, quanto ao PNUD, esta Coordenação-Geral contribuiu com a elaboração e aprovação não somente dos Termos de referência de contratação de consultorias e editais de pequenos projetos. Uma série de processos seletivos foram lançados no primeiro semestre e, cabe destacar, a CGETNO conduziu o processo de Revisão Substantiva do projeto junto ao PNUD e ABC durante fevereiro e março.

Finalmente, cabe dizer que espera-se que no segundo trimestre já se amplie a execução das ações nas Terras Indígenas, não somente tendo em vista que os dispositivos orçamentários estarão em dia, quanto o avanço da vacinação junto aos povos indígenas aldeados em relação à COVID-19.

INDICADORES e SISTEMA DE MONITORAMENTO

Um dos que foi indicado utilizado pela CGETNO, o qual foi base para a construção do último PPA (2015-2019) é o **Número de famílias atendidas.** Durante o exercício financeiro de 2020 contabilizamos o atendimento de **112.000** famílias atendidas**.** Sua fórmula de cálculo é: nº de famílias atendidas por projeto. Este número é aferido quando da apresentação dos Planos Anuais de Trabalho - PAT. Por meio desse instrumento as unidades descentralizadas estimam o número de famílias a serem atendidas por cada projeto apoiado pela CGETNO.

A partir do ano de 2020, passa a valer um outro indicador relacionado à política de etnodesenvolvimento que é o **percentual de Terras Indígenas atendidas** com projetos de etnodesenvolvimento. Até o mês de outubro foram computadas **282** Terras Indígenas ou seja **37%** de todas as Terras Indígenas haja vista que há 744 Terras Indígena (Informação retirada do Sistema de Terras Indígenas). Sendo 24 no primeiro trimestre, 159 no segundo, 40 no terceiro e 59 no quarto.

Para o primeiro trimestre, conforme nossos primeiros boletins, as unidades regionais apresentaram os seguintes dados, até março/2021: 23 projetos apresentados, 8 Terras indígenas atendidas e quase 7 mil famílias diretamente atendidas[1]. Uma vez que este relatório está sendo apresentado de maneira tardia, em função da necessidade do desenvolvimento de toda a plataforma para gerar esses dados, podemos também apresentar os dados acumulados para abril/2021: 63 projetos apresentados, previsão de 65 Terras indígenas atendidas e previsão de 16 mil famílias atendidas.

A análise qualitativa dessas propostas é acompanhada pelos 15 painéis, que configuram anexo deste relatório e que podem ser extraídos enquanto figuras, caso assim seja necessário. Cabe relembrar que, conforme foi dito acima, os dados são relativos às propostas apresentadas, e painéis complementares serão desenvolvidos acerca das propostas efetivamente executadas.

RISCOS

No Relatório Trimestral anterior, foi encaminhada planilha que foi coadunada junto ao processo de auditoria de processos que pela qual a CGETNO passou no exercício de 2020 e que deve concluir em 2021; a Auditoria Interna da Funai também vem acompanhando as soluções encontradas para melhorar o monitoramento da política pública e, sobretudo, dos Planos Anuais de Trabalho.

Cabe relembrar, novamente, que: 1) para o risco de "Fontes de financiamento limitadas", estamos avançando na organização de cooperações técnicas e financeiras internacionais; 2) para o risco "Instrumentos insuficientes", estamos avançando na contratação da solução de BI (e que mesmo ainda não efetivando a contratação, houve inovações do ponto de vista dos painéis ora apresentados); 3) para "Problemas logísticos e administrativos", foi possível instruir ao menos um processo junto à CGRL para criar instrumentos e pareceres referenciais para todas as

[1] Ver Painéis de Business Intelligence em https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDIwMGZjYzItMDNiMC00YWI2LThhMTctZjFmZWY1NDVlODZmIiwidCI6IjczMmFmMGE5LWU5ZWMtNGE1OC1iNzRlLWI5MTQ3ZWY4MjgyNCJ9&pageName=ReportSection324992bf76bcf866767a

unidades regionais, no que diz respeito aos processos de compra e doação simultânea de alimentos; e 4) quanto à "apropriação indevida dos conceitos", apesar do contexto da pandemia, a CGETNO acabou de realizar um ciclo de Seminários virtuais sobre Etnodesenvolvimento no âmbito do Abril Indígena.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Projeto estratégico é aquele projeto que, em razão de suas características (temática, localização, público, abrangência, etc.) é considerado chave para consecução dos objetivos da CGETNO (valorizar uma temática, atender a um público específico, empregar tecnologias/metodologias alternativas e/ou inovadoras, etc).

O principal projeto estratégico para a CGETNO é a implantação de sistema de monitoramento aplicando a técnica de Business Intelligence - BI. BI são soluções tecnológicas que por meio do cruzamento de informações e a realização de operações de Online Analytical Processing - OLAP (Drill-on, slice, pivot e outras) subsidiam a equipe gerencial e técnica a tomar decisões. Tecnicamente consiste na criação de um data warehouse (tabelas fato e tabelas dimensões)onde existem dados produzidos por organizações diversas. Com o fenômeno do Big Data, as organizações privadas e públicas vem se apropriando dessas técnicas (modelagem de dados em formato estrela -Ralph Kimball e algoritmos de mineração de dados) e dessas tecnologias (softwares diversos) para aperfeiçoar suas ações. Em relação à política indigenista essas técnicas e tecnologias são bem apropriadas, já que a Funai não produz todos os dados a ela relacionados, como os referentes à Educação e Saúde. Avanços nesse sentido foram citados nas duas primeiras seções deste Relatório.

Outro Projeto estratégico para a Coordenação-Geral é o fomento e a divulgação da política pública do PNAE para os povos indígenas. Atualmente apenas cerca de 3 % da população indígena tem acesso a esse programa. Em conjunto com a iniciativa CATRAPOA e o Ministério Público Federal do Amazonas, a CGETNO tem participado de reuniões e de Oficinas virtuais para envolver Estados e Municípios. Acreditamos que com uma maior divulgação dessa política e de uma melhor definição do papel da Funai-CGETNO frente ao cadastro de instituições emissoras de DAP, permitirá uma maior adesão indígena a esse programa, que além de gerar renda às famílias beneficiadas, poderá ser um catalisador à segurança nutricional desses povos porque sua política já está balizada em critérios nutricionais. Assim, levando em consideração que a CGETNO a partir deste ano elegeu como uma de suas metas o aumento da participação indígena no PNAE, espera-se melhorar o quadro de beneficiário indígenas da PNAE.

e. ANÁLISE DO RESULTADO

No final do ano passado, foram descentralizados quase R$ 18,0 milhões em projetos de etnodesenvolvimento (se contabilizados alguns recursos que a Diretoria de Administração também cedeu para a compra de equipamentos agrícolas às TIs). Já neste exercício, houve pouco menos de R$ 500.000,00 descentralizados às unidades, devido o atraso na aprovação da LOA. Sendo assim, as parciais de descentralização e execução são muito tímidas, mas já é possível verificar tendências no âmbito dos painéis de BI.

CONCLUSÃO

Conforme anunciado em 2020, uma das grandes dificuldades em prestar contas da CGETNO é que os dados não estão estruturados, mas a solução encontrada no âmbito do Formulário eletrônico de Projetos de Etnodesenvolvimento no âmbito do LimeSurvey parece suprir em muito a nossa demanda. Os planos anuais de trabalho não são mais preenchidos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mas diretamente do Formulário Eletrônico e as informações já compõem diretamente o banco de dados estruturado; após a submissão do Formulário dentro do LimeSurvey, é que a versão em pdf tramita via o SEI para autorização, Solicitação de Provisão Orçamentária e Nota Crédito.

Enquanto próximos passos, reitera-se que a CGETNO estará elaborando um segundo Formulário Eletrônico que será relativo à execução dos PATs e não somente ao planejamento; acredita-se que a conjunção dos painéis de descentralização e de execução, lograrão um ótimo sistema de monitoramento da CGETNO e que, possivelmente poderá contribuir com o monitoramento de outras unidades da Funai.

tem se aprofundado tanto conceitualmente, como tem buscado apoiar ações mais eficientes que tragam retornos às comunidades indígenas.